

Ecología política



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TERESA DIB ZAMBON ATVARS



Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO

MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI

MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

Enrique Leff

ECOLOGIA POLÍTICA

Da desconstrução do capital à territorialização da vida

Tradução

Jorge Calvimontes

EDITORIA
UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

L521e Leff, Enrique
Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida / Enrique Leff;
tradução: Jorge Calvimontes. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

1. Ecologia. 2. Sustentabilidade. 3. Ambientalismo. 4. América Latina – Aspectos
ambientais. I. Calvimontes, Jorge. II. Título.

CDD – 577
– 333.7
– 363.7
– 363.7098

ISBN 978-65-86253-62-7

Copyright © by Enrique Leff
Copyright © 2021 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade do autor e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19/2/1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Impresso no Brasil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

*Para Jacquie,
sempre.*

SUMÁRIO

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA, Leila da Costa Ferreira	9
PRÓLOGO.....	13
1 LIBERTANDO A SUSTENTABILIDADE DA VIDA.....	17
2 DE QUEM É A NATUREZA? A DISPUTA SOCIAL PELA SUSTENTABILIDADE DA VIDA.....	37
3 ESPAÇO, LUGAR E TEMPO: A CONSTRUÇÃO LOCAL DA RACIONALIDADE AMBIENTAL	65
4 JUSTIÇA AMBIENTAL: OS DIREITOS COLETIVOS AOS BENS COMUNS DA HUMANIDADE	85
5 A GEOPOLÍTICA DA BIODIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DA CAPITALIZAÇÃO DO MUNDO À <i>EMPROPRIAÇÃO</i> SOCIAL DA NATUREZA	111
6 A RACIONALIDADE AMBIENTAL E O FIM DO NATURALISMO DIALÉTICO.....	143
7 A TEORIA DO VALOR EM MARX, O PROGRESSO TECNOLÓGICO E AS FORÇAS PRODUTIVAS DA NATUREZA..	175
8 RESSURGIMENTO DA NATUREZA: DA EXPLORAÇÃO DO CAMPESinATO NO CAPITALISMO À EMANCIPAÇÃO DOS POVOS DA TERRA.....	213

9	O ECOMARXISMO DIANTE DA QUESTÃO AMBIENTAL: DIALÉTICA DA HISTÓRIA E TERRITORIALIZAÇÃO DA VIDA	233
10	DECRESCIMENTO OU DESCONSTRUÇÃO DA ECONOMIA: EM DIREÇÃO A UM MUNDO SUSTENTÁVEL.....	315
11	ECOLOGIA POLÍTICA: UMA PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA.....	327
12	AS RELAÇÕES DE PODER DO CONHECIMENTO NO CAMPO DA ECOLOGIA POLÍTICA.....	393
13	ECOLOGIA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA, REINVENÇÃO DE TERRITÓRIOS E CONSTRUÇÃO DE UMA RACIONALIDADE AMBIENTAL.....	429
14	DEVIR DA VIDA E TRANSCENDÊNCIA HISTÓRICA: AS VIAS ABERTAS DO DIÁLOGO DE SABERES	469
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	489

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Leila da Costa Ferreira

Este livro foi publicado em espanhol pela Siglo XXI Editores em 2019. Para mim, é motivo de imensa satisfação e alegria que passe a circular no Brasil em edição em português e pela prestigiosa Editora da Unicamp. Tenho a honra de escrever este prefácio desta obra, tão rica tanto do ponto de vista teórico quanto do empírico.

Trata-se de um livro excelente, rico em detalhes empíricos, pleno de discussões teóricas e que convida à esperança em um mundo obscuro; enfim, inspirador. Enrique Leff é um dos mais destacados ecologistas políticos do mundo.

Certamente, o leitor tem em mãos uma obra que contribuirá para o debate ambiental no Brasil, pois transcende o interesse de especialistas ao tratar, sem dogmas e com argumentos robustos, de temas que interferem na existência humana no presente e no futuro. Com uma série de alternativas críticas aos que atuam na área ambiental, especialistas, técnicos, pesquisadores, docentes e alunos encontrarão nas páginas que se seguem grande inspiração para reflexão e ação.

Sabemos que as mudanças na sociedade contemporânea hoje experimentadas, aparentemente sem precedentes, desafiam a capacidade de adaptação e de resposta do planeta, uma vez que elas ainda seriam relativamente desconhecidas das várias iniciativas científicas que visam a proporcionar uma melhor compreensão desses processos, incluso o ambiental, em uma escala planetária integrada.

De modo geral, a complexidade de nossa condição histórica é tão singular que as modificações ambientais provocadas pela intervenção humana são

compreendidas por alguns grupos como fundamento de uma nova era histórico-geológica: o Antropoceno.

Viver em uma sociedade global significa enfrentar riscos múltiplos moldados por diversos “estressores”, pois há grandes incertezas em termos do que o mundo será dentro de 20, 30 ou 40 anos. Nesse universo, tornam-se possíveis apenas a apresentação de probabilidades e a projeção de cenários que se materializam na forma de imaginários sociais. Com base nisso, a sociedade contemporânea encontra-se diretamente envolvida no desafio de gerenciar um quadro crescente de riscos e problemas ambientais.

Neste livro absolutamente brilhante, Enrique Leff sugere a necessidade de que seja reconsiderada a natureza da crise ecológica atual, pois os efeitos colaterais da produção industrial são caracterizados como resultado de uma profunda crise institucional da sociedade industrial. Esse raciocínio pode ser aplicado em vários cenários, como veremos nos capítulos que se seguem.

De acordo com os debates apresentados pelo autor em torno da ecologia política, os riscos acarretados pelas mudanças ambientais são caracterizados por escaparem da percepção sensível, ou seja, são fenômenos situados no plano abstrato das equações físicas e das fórmulas químicas, mantendo-se, portanto, em vários casos, invisíveis aos sentidos cotidianos. Eles podem ser alterados, ampliados, dramatizados ou minimizados dentro do conhecimento e, assim, estão abertos à definição e à construção social. Além disso, esses riscos se encontram intimamente relacionados com o futuro e com os infortúnios avaliados em projeções probabilísticas relativas às diferentes possibilidades futuras.

Dito de outro modo, na sociedade contemporânea, o desenvolvimento técnico-industrial provoca imprevisíveis, invisíveis e incalculáveis riscos que exigem a autorreflexão e a autoconfrontação da sociedade em relação à base de sua coesão social, assim como o exame dos fundamentos de sua racionalidade. As demarcações entre natureza e cultura são pulverizadas diante de um cenário histórico permeado por múltiplas porosidades entre o natural e o artificial, entre natureza e cultura. O risco que caracteriza a sociedade industrial contemporânea está estreitamente ligado às projeções futuras, aos infortúnios avaliados quanto às possibilidades e às situações prováveis com as quais nossa sociedade apresenta apenas uma reduzida experiência.

Essas características estão conectadas aos riscos das mudanças ambientais e são influenciadas pelo crescente processo de globalização. A problemática

ambiental e a sociedade do risco, portanto, possuem uma interessante afinidade eletiva, que faz com que ambas apresentem múltiplas conexões de sentido: o risco parece ser um elemento-chave para as formas de agir, pensar e sentir que pautarão as formas de vida social criadas na atualidade.

Os riscos das questões ambientais podem ser interpretados como contemporâneos, uma vez que são resultantes do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista e sofrem influência direta do processo de globalização. Estão estritamente ligados a toda sorte de incertezas quanto ao futuro e, mesmo que seja impossível precisar como será o mundo nas próximas décadas, é possível calcular probabilidades e cenários, dos quais alguns são globais; contudo, segundo Leff, mesmo no caso dos locais, suas causas e suas consequências superam os limites geográficos.

Ao abordar um desafio tão multifacetado como “A apropriação social da natureza”, o autor comenta que se espera que as soluções sejam abrangentes, incluindo diversas áreas da atividade humana, várias partes interessadas e certos setores da sociedade – como agências multilaterais, governos, setor privado, institutos de pesquisa e grupos da sociedade civil organizada –, mas principalmente as populações locais, que sem dúvida são as mais afetadas pelas consequências desastrosas desse processo.

Assim, a hipótese central deste livro é a de que, em virtude da complexidade e da abrangência características da problemática ambiental, é importante que todos os grupos ou setores sociais abracem em termos práticos a organização social e estejam mobilizados na consideração dos problemas a enfrentar e das propostas políticas vislumbradas como alternativas para tal propósito.

Neste ponto, aproximamo-nos da noção central de *governança multiatores*, que busca compreender justamente as dinâmicas e os processos de decisão política que lidam com a participação legítima e necessária de múltiplos atores e setores sociais.

Além disso, o debate travado entre as perspectivas das nações influentes (Norte global) e daquelas em desenvolvimento e/ou pobres (Sul global) tensiona pontos-chave da questão ambiental, como veremos nesta obra.

Por um lado, a criatividade científica supõe, ao mesmo tempo, uma ruptura com o senso comum e uma elaboração permanente e audaciosa de novas hipóteses. Por outro, no interior da obra de todo autor existe certo grau de coeficiente ideológico. O trabalho intelectual nutre-se de uma dimensão

ambivalente (em que ambivalência não é sinônimo de ambiguidade): o rigor e o controle científico e uma vinculação visceral às coisas do mundo.

Nesse sentido, este livro será extremamente valioso para os estudos ambientais no Brasil, pela diversidade de argumentos da complexidade da questão ambiental e de sua importância para a realidade contemporânea.

Deixo os leitores em excelente companhia.

PRÓLOGO

O livro que você tem em mãos nasceu sem um plano prévio. Mais que isso, foi se forjando sem que seu autor percebesse que os escritos que o compunham chegariam a se articular neste volume. Os textos que o integram foram elaborados em um intervalo de 40 anos e foram deixando suas marcas no caminho de uma reflexão que avançava impulsionada pelas perguntas que iam se abrindo no desdobramento da questão ambiental.

No entanto, uma coisa é saber que o pensamento humano é uma odisseia infinita, que desembarcar em um porto é apenas pretexto para recarregar as baterias para uma nova aventura que nos levará a navegar em direção a novos horizontes; outra é estarmos conscientes de que os textos abandonados em uma praia não seriam arrastados pelas ondas e pelos ventos do tempo e que algum dia seriam capazes de compor um corpo organizado de pensamento ou de formar uma constelação no firmamento das ideias. O tempo manteve viva a carne e dispostos os ossos, esperando ser organizados neste livro antes de ficar como relíquias fossilizadas enterradas no subsolo da mente. Certamente alguns conceitos se tinham enferrujado e precisavam de maior clareza no contexto da evolução da temática; o tecido e as articulações discursivas dos textos necessitavam de sangue novo para reintegrar-se em uma linha argumentativa mais coerente e compreensiva na estrutura do livro, ao mesmo tempo que se desdobrava o pensamento do campo da ecologia política em construção. Mas, em vez de atualizar os textos em meu estilo discursivo hodierno, decidi articulá-los como uma concatenação das ideias expressadas em seu próprio tempo, como faria o curador da exibição cronológica das imagens de um pintor, onde o espectador possa apreciar a evolução de seus modos de abstração e

composição, como a progressão cromática do desenvolvimento harmônico de uma sinfonia.

Este livro tem adquirido sua atual consistência revisando e religando textos datados que viram a luz ao longo de 40 anos. “Vinte anos não são nada”, canta o tango. Nesse intervalo, dois nadas aspiram a algo. Nesse meio-tempo, não só mudou meu estilo de escrita: o tema em pauta – a questão ambiental – tem se complexificado, e o pensamento sobre ele vem amadurecendo. Os primeiros textos datam de uma época em que, embora autores pioneiros como André Gorz, Hans Magnans Enzensberger e Eric Wolf já tivessem dado o nome de *ecologia política* a um novo campo da indagação teórica e da ação social sobre os conflitos nos processos de apropriação da natureza, nascida do esquecimento dessa mesma natureza por uma economia política assentada sobre a distribuição desigual da riqueza, minha própria reflexão situava-se no campo emergente do ecomarxismo. Dali evoluiu, a partir da desconstrução da teoria do valor e da crítica da racionalidade da modernidade, em direção à construção de uma racionalidade ambiental fundada em uma ontologia da vida.

Meu livro reflete essa evolução do pensamento e do movimento ambiental por meio da emergência dos conflitos ecológico-territoriais e das respostas sociais à crise ambiental. Seus capítulos vão revelando o surgimento de novos conceitos na transição da economia ecológica e do materialismo histórico em direção ao marxismo ecológico: a forja da ecologia política no magma da significância do que já não era pensável dentro dos esquemas do marxismo – a transição da teoria do valor na economia política em direção à “distribuição ecológica” e às “ecologias da diferença”, seu deslocamento para uma racionalidade ambiental arraigada em uma ontologia da diversidade, da diferença e da alteridade – para dar consistência a um discurso teórico capaz de responder às questões que o tema ambiental tem desdobrado no mundo.

Ao amalgamar os diferentes momentos na sequência de minhas publicações anteriores, procurei não apagar os rastros e as inscrições dos textos originais. No entanto, todos eles foram revisados para integrar-se como capítulos deste livro, para dar-lhe maior consistência evolutiva, assim como coerência temática e estrutural a sua composição. Em consequência, embora sua diferença de estilo e vocabulário ainda sejam perceptíveis, esses estudos integram-se como movimentos e modulações dos temas de uma sinfonia. O livro poderia ser lido, então, mais que como as harmonias cromáticas de uma peça musical, como os

ritmos e as cadências do mural *A evolução da vida* (*La evolución de la vida*, 1955), de Carlos Mérida, em que as imagens se refletem em uma paisagem arquitetônica progressiva dos conceitos e dos argumentos que fundam e fertilizam o campo da ecologia política. Mas talvez a analogia mais exata do trabalho sobre os textos que deram lugar a este livro sejam as animações de William Kentridge, nas quais se projetam a progressão da história de opressão e migração dos povos tradicionais e os movimentos de descolonização e de emancipação da vida; nas quais os eventos passados se fundem no desenho do por vir. Parecem os processos de desconstrução encenados no *flipbook* filme intitulado *Second-hand Reading*, em que o autor corre para trás e para frente sobre um dicionário ou um livro velho, separando e costurando suas páginas, apagando palavras e desenhando novos signos, enquanto as letras impressas permanecem sólidas como inscrições em pedra no texto original, como rastros sobre os quais o autor segue sua marcha refletindo como no eterno retorno do evento original de um pensamento que busca transcender à crise civilizatória dos tempos modernos.

Além das vicissitudes da aventura de escrever as desventuras forjadas nas ideias moldadas pelas letras e pelos conceitos que apagaram a vida na história da metafísica; por cima do propósito de polir as palavras e rearticular as sintaxes, desfazer nós e retorcer a textura conceitual destes escritos, desdobrando-os como capítulos de um livro, este texto desdobra a trama conceitual da ecologia política latino-americana, na qual há um impulso de emancipação da vida. Somando-se à vontade de questionar o legado do pensamento filosófico e da ciência logocêntrica como as causas históricas que desencadearam a crise ambiental, assume a responsabilidade de dar palavras ao processo de “desposseção” dos povos e à degradação ecológica do planeta. Este livro nasce do abismo da vida, da falha constitutiva do ser da qual irrompe e se constitui o campo de uma ontologia política. Não só como uma nova disciplina no campo das ciências sociais, mas também como um processo de *reexistência* da vida que reorienta o processo civilizatório da humanidade, desde as condições da vida e os direitos de existência dos Povos da Terra, através do diálogo de saberes que abre os horizontes do devir e da sustentabilidade da vida no planeta. As letras e as palavras aqui se articulam no compromisso ético de desconstruir o regime ontológico do capital que deslocou a vida, a fim de percorrer os caminhos que o ambientalismo crítico está abrindo em direção à territorialização da vida.

LIBERTANDO A SUSTENTABILIDADE DA VIDA¹

Há meio século, o alarme ecológico anunciou um acontecimento inédito na história humana: uma crise ambiental planetária. Não se tratava de uma catástrofe ecológica ocasionada pelo reajuste do metabolismo da vida na biosfera, da maneira como tinha ocorrido anteriormente na história geológica da Terra. Esse “fenômeno da natureza” foi percebido como uma crise de civilização: dos modos de intervenção da humanidade sobre os cursos e os destinos da vida; dos limites do crescimento econômico e o desencadeamento das forças prometeicas da tecnologia que tinham ultrapassado a “capacidade de suporte” e as “funções de resiliência” da frágil trama da vida na biosfera. Para controlar a degradação entrópica do sistema de suporte da vida no planeta e contrabalançar os efeitos destrutivos gerados pelo constante processo de globalização tecnoeconômica, foi forjada uma palavra-chave: “sustentabilidade”. A construção da sustentabilidade da vida foi o chamado a salvar a Terra de uma catástrofe tanto não intencional quanto imprevisível.

Dessa maneira, a humanidade foi convocada para dar bases de sustentabilidade ao processo de desenvolvimento. Contudo, nessa procura por garantir a vida no planeta, várias perguntas ficaram no ar: como tinha sido constituído o regime de racionalidade que atenta contra a sustentabilidade da vida na Terra? Como incorporar as condições de sustentabilidade à economia? Esse chamado tem sido percebido como a ocasião para cortar a fita na glamorosa

¹ Texto elaborado a partir de uma conferência oferecida na Sustainability Unbound Conference, 2011-2012, da Saul O. Sidore Memorial Lecture Series, University of New Hampshire, 21-22/3/2012. Foi publicado na Serie Coordenadas 2050, n. 44, *Cuadernos de la Coordinación de Humanidades*, Unam, 2019.

comemoração de um simulacro; como o Coringa que nos aguarda na esquina após ter se escondido de nosso olhar durante toda a história da humanidade. Mas qual é o sentido profundo da sustentabilidade? O que a cegou, silenciando sua mensagem reveladora, bloqueando e restringindo suas potencialidades, constringendo seu propósito transgressor? De quais malefícios teríamos que exorcizá-la e liberá-la? Está encadeada pelos poderes hegemônicos que dominam e governam a ordem mundial ou é resultante do temor de abrir um processo revolucionário capaz de subverter a segurança ontológica da ordem estabelecida sacudida pelo risco ecológico? Parece que há algo enigmático e suspeito no termo “sustentabilidade”, uma falsa promessa, um perigo, um poder não revelado, que quer limitar seu significado, desviando seu sentido em direção à míope visão de um mundo “enverdecido”.

De fato, essa era uma palavra praticamente inexistente no vocabulário da teoria econômica, das políticas públicas e dos assuntos internacionais antes de 22 de abril de 1970, data em que o Dia da Terra foi criado na cúspide do movimento da contracultura nos Estados Unidos, dando voz a uma consciência emergente que canalizou a energia do protesto antinuclear e contra a Guerra do Vietnã para a irrupção do movimento ambientalista. O gerúndio “sustentando” e o adjetivo “sustentável” aparecem em dicionários para definir “a habilidade de sustentar algo” ou como descritor de “algo suscetível de ser sustentado”. Mas o conceito de sustentabilidade, entendido como uma norma social, como uma condição do processo econômico e da própria vida, emergiu como neologismo no Relatório Brundtland, *Nosso futuro comum*,² tendo se disseminado pelos debates e pelas publicações da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) durante os anos 1980. Antes disso, vivíamos em um mundo governado pela ideologia do progresso, do crescimento econômico e da potência tecnológica sem limites. Nesses tempos, o surgimento da crise ambiental, a ideia de um possível colapso ecológico, foi um choque cultural. Um dia amanhecemos confrontados por uma crise civilizatória que não tínhamos antecipado. Como esse resultado da história podia ter se mantido invisível para a moderna cultura do conhecimento, cega ao iluminismo da razão, oculta à verdade da ciência? Como os princípios do

² WCDE, 1987.

progresso, baseados nos direitos e no dever dos seres humanos de explorar a natureza – ideologia tão arraigada na civilização judaico-cristã ocidental e no *principium rationis* da modernidade – puderam mostrar-se tão malsucedidos? Com a crise ambiental, teve início o colapso do pretendido fundamento – de transparência, objetividade e controle – do conhecimento de nosso mundo moderno, abrindo a pergunta relacionada às causas de uma falha fundamental do processo civilizatório da humanidade.

O que estava vindo à tona era algo profundamente errado na concepção moderna da vida humana e de seu desenvolvimento, nas formas dominantes do conhecimento e nos modos de produção, em nossas maneiras de compreender a vida, de habitar o planeta e de *ser-no-mundo*. O mundo civilizado, a sociedade do conhecimento, acordou um dia cegado pelo iluminismo da razão; os cidadãos foram impedidos de respirar seu ar enrarecido, de tomar banho em suas águas poluídas; a humanidade inteira se viu manchada e embarrada pelo enlameado e pantanoso mundo criado pela história da cegueira da vida, vivendo a metáfora escatológica de José Saramago em *Ensaio sobre a cegueira*.³

Grandes pensadores tinham antecipado, com suas intuições premonitórias, a chegada do mundo sinistro da tecnologia: a frase emblemática de Nietzsche “o deserto cresce” simbolizou o niilismo da razão. Heidegger caracterizou o mundo da *Gestell* governado pela tecnologia.⁴ Freud desentranhou o profundo inconsciente do *unheimlich* manifestado em *Mal-estar na civilização*.⁵ Mais recentemente, “Nuvem de smog”, de Ítalo Calvino,⁶ e *Primavera silenciosa*, de Rachel Carson,⁷ destacaram a visão fantasmagórica do mundo poluído por vir de Fernando Pessoa,⁸ “inapreensível à razão e aos sentidos”. Porém, foi com *Os limites do crescimento* – o estudo do MIT e do Clube de Roma publicado na época da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo em 1972 – que tocou o alarme ecológico. Ele anunciava que, se a economia, a população e a tecnologia continuassem

³ Saramago, 2020.

⁴ Heidegger, 1935.

⁵ Freud, 1930.

⁶ Calvino, 1958.

⁷ Carson, 1962.

⁸ Pessoa, 2002.

suas tendências de crescimento, haveria um colapso ecológico no planeta na virada do século.⁹

A humanidade não estava preparada para receber tão fatídicas e amargas notícias. As primeiras reações surgiram de imediato, como antídoto para o mal: controle da natalidade, crescimento zero, responsabilidade ética e controle social da tecnologia. Enquanto os países “subdesenvolvidos” responderam reclamando seu “direito ao desenvolvimento”, já que enxergavam no freio ao crescimento sua condenação à pobreza, o sistema econômico resistia ao desafio com a vontade de poder instaurada em seus paradigmas teóricos e seus interesses práticos. Incapaz de assimilar a crítica radical da crise ambiental à racionalidade da modernidade – e à história metafísica da civilização ocidental –, o *establishment* econômico tentou minimizar o problema, enquanto buscava reabsorver e superar a crise dentro de seus princípios de racionalidade.

A resposta desde a racionalidade econômica foi seu propósito de internalizar as externalidades ecológicas ignoradas até então, estendendo os tentáculos da economia aos elementos anteriormente livres e abundantes da natureza: primeiro, a valorização econômica do ar e da água, das florestas e da biodiversidade, para acabar incorporando no sistema econômico os sistemas de suporte da vida, os bens e os serviços ambientais e as mudanças climáticas. Dessa forma, a natureza tem sido recodificada e ressignificada, valorizada e desprezada pelo sistema econômico; absorvida e consumida por uma racionalidade tecnoeconômica totalitária e onívora. Se a *grande transformação*¹⁰ operada pelo capitalismo nascente tinha convertido a natureza em recursos econômicos e matérias-primas e os seres humanos em força de trabalho, disponíveis para serem apropriados e mobilizados pelo mecanismo autorregulamentado do mercado, na fase atual da globalização econômica, a Natureza organizada da biosfera se desintegra em massa e energia manipuláveis pela tecnologia. O *Homo sapiens* tem se tornado o *Homo economicus*: já não precisa pensar para estabelecer seu lugar na Terra, basta-lhe exercer seu juízo racional – sua *rational choice* – para responder aos sinais do mercado.

A resposta da perspectiva da disciplina emergente da economia ecológica foi, de alguma forma, *naive* e, de outra perspectiva, radical. Em sua forma mais

⁹ Meadows *et al.*, 1972.

¹⁰ Polanyi, 1944.